



Enero 2016 - ISSN: 1988-7833

INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E ENSINO PROFISSIONALIZANTE EM MACAÉ/RJ: A REPRODUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL E DA INJUSTIÇA AMBIENTAL

Lígia Jesus de Carvalho

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS/Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Carlos Frederico B. Loureiro

Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Pesquisador CNPq

RESUMO

Nesse artigo é analisada a dinâmica espacial e de reprodução social determinada pela instalação da cadeia produtiva do petróleo no município de Macaé, estado do Rio de Janeiro, Brasil, inserido na maior bacia sedimentar de exploração petrolífera do país. A pesquisa definiu como recorte o bairro Lagomar, por ser área de favelização e vulnerabilidade social; e a atuação da indústria do petróleo junto aos jovens, por meio de parceria com o poder público municipal na oferta de cursos profissionalizantes. As análises a partir de fontes secundárias, documentos e sites oficiais do governo local, permitem concluir que o referido bairro é um exemplo de injustiça ambiental originada no modo de produção e nas relações desiguais reproduzidas pelo Estado brasileiro. Possibilita também afirmar que os jovens de bairros onde residem grupos subalternizados são induzidos a determinada formação técnica precarizada, que os mantém numa condição de inserção subordinada no mercado de trabalho, reproduzindo as relações de dominação social.

Palavras-chave: indústria do petróleo - ensino profissionalizante – injustiça ambiental- desigualdade social

OIL INDUSTRY AND PROFESSIONAL EDUCATION IN MACAÉ/RIO DE JANEIRO/BRAZIL: THE REPRODUCTION OF SOCIAL INEQUALITY AND ENVIRONMENTAL INJUSTICE

ABSTRACT

This article analyses the spatial dynamics and social reproduction determined by the installation of oil production chain in Macaé, Rio de Janeiro state, Brazil, inserted in the largest sedimentary basin of oil exploration in the country. The research focused on Lagomar's district, which is characterized by favelas and social vulnerability. Also, oil industry action is present among young people through programs in partnerships with local government professional courses. The analyses from secondary sources, documents and local government official sites lead to the conclusion that the referred district is an example of environmental injustice, originated by production demand and unequal relations reproduced by the Brazilian state. It is also possible to state that local youth and subordinated groups are induced to determined precarious technical formation, which keeps them on a subordinated insertion at labour market, reproducing social domination relationships.

Key Words: oil industry – professional education – environmental injustice – social inequality

Introdução

O município de Macaé, no estado do Rio de Janeiro/Brasil, se desenvolveu, desde a década de 1980, a partir de um ciclo de industrialização inaugurado com a instalação da cadeia produtiva do petróleo. Tornou-se, na primeira década de 2000, a principal cidade na região para as instalações e bases operacionais da referida indústria, imprimindo um modelo de desenvolvimento caracterizado por formas de expropriação material fundadas na precarização do trabalho e no uso intensivo de recursos naturais, com forte ênfase na extração mineral. Especificamente no caso em estudo, essas relações sociais são mediadas por uma fetichização do mercado de trabalho voltado para o setor do petróleo. Fetiche esse que está aliado ao discurso da gestão ambiental racional, enquanto mecanismo técnico capaz de mitigar os impactos socioambientais, e da promessa de altos ganhos financeiros e estabilidade econômica para a população a serem garantidos pela exploração petrolífera.

A considerar que a inclusão neste mercado de trabalho perpassa a escolarização e o acesso ao ensino profissionalizante, no presente artigo temos por objetivo compreender a atuação da indústria do petróleo junto aos jovens, por meio de parceria com o poder público municipal na oferta de cursos profissionalizantes que, em tese, permitiriam a inserção destes na indústria. Em paralelo, objetivamos explicitar os efeitos desse processo de industrialização no bairro Lagomar, maior favela municipal em termos de adensamento populacional, composta por jovens em situação de vulnerabilidade social, como caso concreto do tipo de organização capitalista do espaço que a cadeia de petróleo proporciona.

A escolha pelo bairro Lagomar se deu em função desta ser uma área resultante do adensamento populacional irregular (ocupada principalmente por migrantes de baixa renda), por consequência da rápida urbanização do município desde o estabelecimento da indústria do petróleo e formada por jovens que servem como exército industrial de reserva (VIANA, 2006), se inserindo de modo subalternizado nas relações econômicas municipais. A localidade é ainda limítrofe ao Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, o que resulta em configuração de conflito pelo acesso e uso do território, e ao empreendimento do gasoduto Cabiúnas, que a dispõe em situação de risco ambiental. Adicionalmente, por ser uma área de habitação irregular há o desencadeamento de outros agravantes que se referem à precariedade de saneamento e água canalizada, além das condições de violência.

Esse bairro, portanto, exemplifica uma situação de injustiça ambiental, que se define como tal quando na sociedade se destina a maior carga dos danos ambientais a trabalhadores, povos tradicionais ou grupos étnico-raciais discriminados, ameaçando a integridade da saúde ambiental e comprometendo a sua reprodução social. Essa condição revela a desigualdade socioambiental que se estabelece por meio de mecanismos políticos, sociais e econômicos que concentram os processos decisórios e privatizam os bens públicos, tornando possível e legítimo a utilização dos bens coletivos, públicos e naturais para interesses privados (LOUREIRO e LAYRARGUES, 2013).

O argumento central defendido no artigo é de que em Macaé o ensino profissionalizante nos moldes atuais e particularmente no contexto econômico da indústria do petróleo, reproduz formas de dominação, por intermédio da legitimação das desigualdades (o lugar subalterno dos jovens filhos de trabalhadores de Lagomar no município) e da naturalização do padrão de desenvolvimento

determinado por forças hegemônicas da região. É importante destacar que a crítica intrínseca a essa linha de argumentação não se refere a uma posição “contra” ou a “favor” do ensino profissionalizante, mas decorre do entendimento necessário das relações de dominação, dos determinantes sociais que situam as escolhas dos jovens que se encontram subalternizados e em condições de injustiça ambiental.

Entre os recortes possíveis de pesquisa, recorreremos à pesquisa documental sobre o ensino profissionalizante em Macaé, realizando levantamentos nos sites oficiais do governo municipal e arquivos do Centro de Memória Antônio Alvarez Parada. Adicionalmente, ocorreu a interpretação dos dados em relação aos índices demográficos da cidade de Macaé, com enfoque no bairro Lagomar, obtidos a partir de fontes secundárias respaldadas na pesquisa domiciliar realizada pelo programa Macaé Cidadão - 2006/2007 e do Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística – IBGE/2010. Por fim, foi realizada análise dos dados estatísticos em relação ao mercado de trabalho no município de Macaé.

O fetiche da indústria do petróleo em Macaé

O Brasil acompanhou a tendência global de acumulação voltada para as atividades petrolíferas, em face da reprimarização de sua economia, e em consonância ao “atual padrão de desenvolvimento regional brasileiro, fragmentado e espalhado territorialmente” (BARCELOS, 2015, P.10). O resultado foi a reorganização territorial com intensa pressão política e econômica sobre as legislações ambientais, trabalhadores e povos tradicionais, aprofundamento das desigualdades sociais e dependência material em torno de recursos finitos.

Esta dependência em torno da indústria do petróleo, apesar de manter em curto prazo a economia aquecida, não tem se mostrado eficiente em um cenário de crise no setor. Em função da queda no preço do barril de petróleo, que em janeiro de 2015 já registrava uma baixa de 50% por cento do valor, quando comparado a 2009ⁱ, as receitas dos municípios dependentes dos royalties do petróleo têm sido diretamente afetadas. A realidade é que a baixa no preço do barril tem afetado a situação econômica dos países produtores de petróleo que demandam de tecnologia mais cara para a exploração de seus campos petrolíferos. Algo agravado no Brasil, cuja produção se volta para a exploração do Pré-Sal, que por ser em águas e perfuração profundas, necessita de enormes investimentos econômicos e tecnológicos.

Em Macaé, devido à influência da Petrobras na economia local, o impacto econômico nesta localidade se estabeleceu em diversos domínios, totalizando 1.288 postos de trabalho formais extintos somente em janeiro de 2015, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Em um panorama mais global, a crise na estatal, direta ou indiretamente foi responsável por cerca de 10% das demissões de carteira assinada, desde dezembro a janeiro em todo o país.

O fetichismo, do ponto de vista marxista, pode ser definido como as características atribuídas a bens materiais pelas relações sociais dominantes, que são reveladas de modo naturalizado, fora das relações de produção, e que são objeto de busca dos indivíduos, a partir de necessidades socialmente criadas. Essa naturalização das coisas “portadoras de uma característica social

historicamente específica” atua como “uma espécie de máscara para as relações sociais peculiares ao capitalismo”. (BOTTOMORE, 2001, p. 150). Assim, a atividade petrolífera no modo de produção capitalista cria uma cadeia de negócios e produtos fetichizados que são buscados como caminho único de progresso e prosperidade material para os indivíduos sociais residentes em Macaé, tendo na inserção em seu mercado de trabalho o desejo e possibilidade concreta de sobrevivência do jovem de Lagomar.

De acordo com Loureiro (2015) o fetichismo é um mecanismo ideológico fruto de relações de trabalho alienadas e se encontra moldado por relações sociais objetivadas, que por sua vez se fundam em relações de expropriação e dominação. O efeito da alienação é devastador nas relações de produção pois não só inverte o sentido da criação dos meios de vida e subordina a produção material da existência à produção de mais-valor, como exige a divisão do trabalho, a afirmação ideológica da supremacia da racionalidade instrumental, a precarização das relações de trabalho, e a hiperespecialização do conhecimento.

Como esses mecanismos da indústria de petróleo, próprios das relações de produção capitalista, operam objetivamente em Macaé?

Por meio da Lei 9.478/1997ⁱⁱ, o município de recebe compensações financeiras sob a forma de royalties e participações especiais afim de mitigar os impactos ambientais e sociais gerados. A

Tabela 1: Arrecadação de royalties e participações especiais dos municípios pertencentes à Ompetro.

Municípios	Royalties + Participação Especial					
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Armação dos Búzios	R\$ 41.897.724,65	R\$ 54.433.595,43	R\$ 64.834.653,70	R\$ 82.693.743,10	R\$ 78.203.220,50	R\$ 92.838.065,15
Arraial do Cabo	R\$ 5.216.022,59	R\$ 5.753.840,31	R\$ 26.548.891,01	R\$ 44.480.524,01	R\$ 44.086.547,66	R\$ 46.294.775,38
Cabo Frio	R\$ 133.778.273,24	R\$ 190.041.949,99	R\$ 245.837.232,03	R\$ 324.982.556,21	R\$ 292.232.851,77	R\$ 327.547.737,11
Campos dos Goytacazes	R\$ 993.167.279,11	R\$ 1.016.021.871,72	R\$ 1.231.637.781,97	R\$ 1.354.233.313,47	R\$ 1.121.075.458,74	R\$ 1.286.920.735,95
Carapebus	R\$ 22.745.005,61	R\$ 29.294.670,39	R\$ 34.802.768,18	R\$ 38.640.170,21	R\$ 37.145.406,03	R\$ 41.499.852,91
Casimiro de Abreu	R\$ 56.490.065,54	R\$ 72.096.769,23	R\$ 99.439.966,64	R\$ 112.016.299,75	R\$ 109.723.361,10	R\$ 117.076.833,93
Macaé	R\$ 387.541.067,11	R\$ 410.516.330,10	R\$ 482.234.671,56	R\$ 538.654.219,32	R\$ 502.865.600,53	R\$ 548.171.100,40
Niterói	R\$ 33.957.924,44	R\$ 41.932.167,05	R\$ 64.486.783,68	R\$ 114.460.860,55	R\$ 123.074.151,12	R\$ 206.408.566,35
Quissamã	R\$ 90.969.685,66	R\$ 90.510.827,62	R\$ 92.661.381,55	R\$ 102.831.908,28	R\$ 92.767.436,08	R\$ 94.208.926,94
Rio das Ostras	R\$ 284.555.968,90	R\$ 248.427.458,73	R\$ 324.800.547,05	R\$ 348.835.716,27	R\$ 289.333.003,20	R\$ 329.584.159,08
São João da Barra	R\$ 168.329.125,44	R\$ 203.028.163,85	R\$ 251.512.931,02	R\$ 233.262.154,92	R\$ 193.689.360,84	R\$ 246.968.015,77

Disponível em: <http://www.ompetro.org.br/index.php/52-ompetro/arrecadacao/464-balanco-arrecadacao-royalties>. Acesso em: 16 mai. 2015.

vultuosa soma de recursos recebidos no município estudado e os demais que compõem a Bacia de Campos (nome dado à bacia sedimentar de exploração de petróleo da região), gerou profunda mudança no quadro econômico local com investimentos canalizados para as atividades petrolíferas (PACHECO, 2005).

Macaé, em função do expressivo potencial de produção petrolífera, investe fortemente no desenvolvimento deste setor produtivo visando à manutenção do status de arrecadação. O resultado deste processo é o encadeamento da economia local indireta ou diretamente fomentada pela

indústria do petróleo, que passam a depender imediatamente desta. Embora o crescimento do setor de comércio e serviços seja tratado pelo município como resultado da diversificação da economia, o mesmo está relacionado ao inchamento populacional e à circulação da massa salarial oriunda dos trabalhadores diretos e indiretos da indústria do petróleo. O crescimento da rede hoteleira na região, considerada a segunda maior do estado do Rio de Janeiroⁱⁱⁱ, também segue esta lógica.

Com a finalidade de fornecer o aporte aos grandes empreendimentos ligados ao setor, Mendonça (2015) cita o interesse dos gestores locais em atrair para seus municípios os complexos portuários, visando a obtenção de maior montante de recursos econômicos e lucros políticos advindo da exploração, produção e escoamento do petróleo. Ainda segundo o autor, nestas disputas entre os municípios para atrair as empresas, possibilidades de um desenvolvimento integrado são desfeitas.

Com um público alvo diversificado e contínuo, as empresas prestadoras de cursos de qualificação técnica oferecem seus serviços sob a forma de pacotes, parcerias com as prefeituras e/ou cursos isolados. A partir da inserção nas prefeituras e demanda do público em geral, estas, além de aumentarem a margem de lucro, garantem a manutenção de certo nível de profissionalização de um exército de reserva no segmento do petróleo. Em termos de imagem pública criada, a oferta destes cursos fortalece o discurso da responsabilidade social, levando à reprodução de ideologia que responsabiliza o indivíduo por seu sucesso ou não no mercado de trabalho e exalta as benesses de governantes e empresários por ofertarem os cursos (SERRÃO, KAPLAN, LAMOSA, LOUREIRO, 2012).

A dependência em torno dos royalties atrelada à não diversificação dos setores produtivos, em tempos de crise de petróleo confluiu no total despreparo da economia dos municípios produtores do norte do estado do Rio de Janeiro para o enfretamento da situação. Na tentativa de reverter a baixa arrecadação dos royalties em 2015, por força da crise internacional, os prefeitos da região, articulados na Organização dos Municípios Produtores de Petróleo (Ompetro), propuseram documento que buscou articular a “ antecipação do repasse dos royalties relativos aos próximos dois anos”^{iv}. Para fortalecer o apelo pela necessidade de antecipação da verba foram amplamente veiculados nas mídias locais matérias com ameaças de cortes^v no orçamento da saúde e educação, ou ainda reportagens sensacionalistas retratando a história do trabalhador desempregado e sem renda, que se vê obrigado a voltar a sua terra natal, pois a cidade não lhe gerar o seu sustento e de sua família.

O presidente da Ompetro (e atual prefeito de Macaé), ao tratar sobre a crise reconhece abertamente que: “A crise não reduz só a arrecadação de royalties. Essas cidades dependem da economia do petróleo, por isso todos os empregos acabam afetados. O desemprego começa nos gabinetes dos diretores das empresas e vai até a padaria do último bairro do município”^{vi}.

A centralidade de aplicação dos royalties em atividades econômicas que perpetuam a dependência em torno do setor produtivo do petróleo e gás - e dispõem para segundo plano as políticas estruturais (de habitação, saneamento, infraestrutura, cultura e lazer), enquanto mantém irrisória a diversificação das atividades econômicas - deflagram no colapso financeiro. Por sua vez, as compensações financeiras oriundas da produção do petróleo e repassadas aos municípios possuem “indicadores

sociais, ambientais e econômicos [que] não condizem com as altas receitas registradas há anos” (MENDONÇA, 2015, P. 302).

O bairro Lagomar

Segundo Terra e Ressiguiier (2011, P. 152) ao “concentrar capitais e gerar milhares de empregos diretos e indiretos, a atividade petrolífera faz de Macaé um dos mais importantes centros de migração”. A **¡Error! No se encuentra el origen de la referencia.**, contempla o número de habitantes desde 1970 até 2009 dos municípios da região, permitindo dimensionar o acelerado fluxo migratório observado em Macaé, concomitante ao período em que ocorreu a ascensão econômica, voltada para as atividades de extração de petróleo.

Tabela 2: População dos municípios do Norte Fluminense entre 1970 e 2010.

Municípios	1970	1980	1991	2000	2010
Campos dos Goytacazes	285.440	320.868	376.290	406.511	463.731
Carapebus	8.164	6.834	7.238	8.651	13.359
Cardoso Moreira	17.958	14.728	12.819	12.579	12.600
Conceição de Macabu	11.560	13.624	16.963	18.706	21.211
Macaé	47.221	59.397	93.657	131.550	206.728
Quissamã	9.933	9.620	10.467	13.668	20.242
São Fidélis	35.143	34.976	34.581	36.774	37.543
São Francisco de Itabapoana	39.883	35.932	38.714	41.046	41.354
São João da Barra	15.736	18.665	20.847	27.503	32.747
Região Norte Fluminense	471.038	514.644	611.576	696.988	849.515

Adaptado pelos autores.
Dados dos Censos Demográficos - IBGE (1970, 1980, 1991, 2000) retirado de TERRA e RESSIGUIER (2011, p. 152.) e Censo Demográfico 2010.

Em estudo sobre a mobilidade espacial dos trabalhadores que migram para Macaé em função das ofertas de emprego, Paganoto (2008) expõe que, além da inserção no mercado de trabalho da região via empresas terceirizadas (que realoca o trabalhador já contratado, de acordo com a demanda existente nas filiais), há também os migrantes que chegam em Macaé estimulados pelas mídias e por parentes ou conhecidos que conseguiram inserção no mercado de trabalho. A chegada no município deste segundo perfil de migrante, que muitas vezes não possui a qualificação para o seletivo mercado petrolífero ou a experiência na carteira de trabalho que as empresas do setor exigem no cargo pretendido, (FERREIRA; 2011; TERRA e RESSIGUIER, 2011) aliado a um processo de avanço estrutural sem planejamento proporcionou o desenvolvimento desordenado das regiões periféricas em Macaé.

Segundo Herculano (2011), o município de Macaé possui uma notória divisão espacial em função da renda. Assim, o centro da cidade está ladeado por duas zonas de enormes contrastes: ao norte, se localizam a maior parte das periferias da região e, ao sul do município estão as moradias de luxo que abrigam os moradores de alta qualificação da cidade. O “crescimento econômico e urbano foi, entretanto, acompanhado pela favelização (Malvinas, Nova Holanda, Aroeira, Santana, Boa Vista,

São Jorge, Jardim Pinheiro, Vila Pinheiro, Leocádia, Botafogo, Miramar, Lagomar, Jardim Santo Antônio, Nova Macaé, etc.)” (HERCULANO, 2011, p. 31).

Segundo Madeira Filho; Roriz e Silveira; (2011, p.341), dentre os bairros do município de Macaé, “Lagomar é o que mais se expande, com ocupações desordenadas, chegando a uma população de cerca de trinta mil pessoas”, com habitações irregulares que remontam ao início da década de 1990. A área confronta-se com o empreendimento do gasoduto Cabiúnas, às futuras instalações do Terminal o Portuário de Macaé (TEPOR) e à unidade de conservação (UC) do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. Com essa unidade de conservação há conflitos históricos originados pelo fato desta ter sido criada em nível federal para preservar o ecossistema de restinga, contudo, por meio de um processo autoritário, sem considerar as necessidades e usos da população local, servindo como uma ação de Estado para impedir o avanço do bairro e obtenção de políticas públicas de infraestrutura por parte dos moradores, por força das restrições legais inerentes à política de conservação do Brasil. Esta, ao impedir que as pessoas continuem morando no interior de uma UC de proteção integral, como no presente caso, impede igualmente que seja feita qualquer intervenção pública para garantir acesso a direitos sociais básicos: ruas pavimentadas, iluminação, esgotamento sanitário, água encanada etc.

Por possuir habitações assentadas sobre solos arenosos, ou seja, de alta permeabilidade com lençol freático elevado em alguns trechos, e instalações precárias de saneamento básico (56,5% do esgoto destinado a fossa rudimentar e ausência em 63,1% das residências de água canalizada, segundo Terra e Ressiquier (2011), os poços escavados encontram-se impróprios para o consumo.

A ocupação do solo no bairro Lagomar em comparação ao percentual de uso e ocupação indicam como principal ocupação deste território a utilização por uso residencial (38,30%); seguida da área de restinga (37,45%), representada pela existência do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. Em menor escala há uma zona industrial centralizada na entrada do Bairro (a ocupar 3,88%), em função da proximidade da respectiva área com a Rodovia Amaral Peixoto (RJ-106) e o Terminal Cabiúnas, e áreas de lazer, que correspondem a 2,31% do bairro (PETROBRAS, 2011).

Cabe considerar ainda que a maior parte da população do bairro vive à margem da pujança econômica prometida pelo setor produtivo da cadeia do petróleo. Segundo a Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão 2006-2007, 45,4% dos domicílios em Lagomar apresentam renda mensal de 1 (um) até 3 (três) salários mínimos^{vii}, reduzindo a autonomia nas escolhas individuais e familiares e de possibilidades de satisfação material. Em termos educacionais, segundo esta mesma pesquisa, 83,7% dos moradores do Lagomar possuem o nível de escolaridade somente até o 1º grau (ensino fundamental). Assim, diante da precariedade econômica e social e das pressões do Estado sobre o bairro, coibindo qualquer uso novo na área de restinga, o ciclo vicioso de dependência em torno do petróleo e gás se renova e se afirma como única possibilidade. Algo que se reflete nas políticas sociais de profissionalização, promovidas discursivamente na região por meio do lema “inserção social através do trabalho” e que estão voltadas para o jovem em situação de vulnerabilidade social, entre os quais se incluem os de Lagomar.

A profissionalização em Macaé

Os programas sociais municipais e as políticas de incentivo à profissionalização, voltados para a formação do proletariado, são um autêntico exemplo da “perspectiva estrita de adaptação aos interesses do mercado” (FRIGOTTO, 2007, P. 1129), que no município giram em torno da cadeia produtiva do petróleo. É deveras contraditório observar as verbas dos royalties serem implementados para fomentar a dependência neste próprio sistema produtivo extrativista mineral, sem gerar diversificação na economia e supressão dos déficits educacionais, na saúde, moradia e saneamento básico.

Ao que diz respeito aos cursos de qualificação profissional que são oferecidos gratuitamente pelo município, estes passaram a ser executadas a partir de 2008 pelo Centro de Educação Tecnológica e Profissional (CETEP). Iniciativa esta que foi instaurada quando divulgado o mapa da violência de 2006, que dispôs Macaé no ranking de “quinto município mais violento do país em homicídios jovens entre 15 e 24 anos. Diante desta realidade [os então gestores objetivaram] reverter à situação de violência na cidade através da qualificação profissional dos jovens”.^{viii}

A prefeitura de Macaé, visando a capacitação de jovens em situação de vulnerabilidade social tem investido em dois programas sociais de qualificação: Programa Nova Vida (da secretaria de desenvolvimento social) e Guarda Mirim (da secretaria de ordem pública). Basicamente os programas possuem o mesmo objetivo, qualificar os jovens entre 14 e 17 anos matriculados na rede pública de ensino para o mercado de trabalho. Outro ponto em comum refere-se ao pagamento de remuneração correspondente ao valor de meio salário mínimo para os ingressos. Descrito por “trabalho educativo”^{ix}, no programa Nova Vida os jovens trabalham na condição de aprendizes, em regime de meio expediente nas empresas conveniadas.

A leitura que se pode fazer sobre os programas sociais que possuem este perfil, é a de que o dinheiro público é utilizado em prol de uma demanda das empresas da região, que necessitam de um profissional “qualificado”, mas não arcam com este custo. Logo, repassar esse gasto para os cofres públicos, gera não só mais lucro para a empresa, mas a própria apropriação e controle privado da política pública de formação profissional, que induz as escolhas profissionais para jovens em situação de vulnerabilidade social.

Por sua vez, o emprego de mão de obra aprendiz nos prédios públicos da prefeitura, também proporciona economia ao não assumirem os gastos trabalhistas inerentes à mão de obra de carteira assinada. Assim, o meio salário mínimo que é repassado aos jovens não se trata de política de boa fé, mas mecanismo de reprodução da precarização do trabalho e de subordinação econômica e social dos jovens de classe subalterna. Subordinação essa que é reproduzida como natural nos discursos oficiais, conteúdos programáticos dos cursos profissionalizantes e meios de comunicação, fazendo com que os jovens residentes das regiões periféricas de Macaé sejam tendencialmente levados a acreditar que cabem a eles todo o “mérito” por conseguirem se inserir em um mercado determinado por agentes econômicos dominantes e, conseqüentemente, por qualquer mudança de seu *status quo*.

A ideologia desenvolvimentista justifica a necessidade de mão de obra precarizada, revelando a face imediata de relações econômicas que faz com que o Estado invista parte dos royalties em programas sociais de profissionalização, em cargos relacionados direta ou indiretamente ao setor produtivo em

voga. Assim, o ensino profissionalizante concedido à maior parte do futuro proletariado em Macaé é de qualidade inferior (em termos curriculares e de carga horária) ao ser uma versão simplificada dos moldes atuais do ensino médio técnico. Tal movimento perverso da política pública de profissionalização, não só impede uma formação integral (SAVIANI, 1989), como direciona recursos públicos estritamente para atender a um mercado dependente da exploração do petróleo, como visto anteriormente.

Ao direcionarmos o olhar para políticas públicas municipais voltadas para a profissionalização em Macaé, é percebido que constantemente são efetuadas ações nas regiões periféricas de Macaé, voltadas para inserir o jovem no segmento petrolífero denominado de *offshore* (embarcado e em mar aberto). Em reportagem veiculada no site da Prefeitura Municipal de Macaé, é dado destaque para o curso de caldeiraria oferecido no Bairro da Nova Holanda em Macaé. Tal iniciativa é ilustrada sob o título “Educação no resgate da cidadania”^x, tendo por objetivo:

Buscar na educação novas perspectivas de crescimento intelectual e humano é o objetivo dos 53 alunos que frequentam o curso de caldeiraria no Ciep Darcy Ribeiro, no bairro Nova Holanda. A ação desenvolvida pela Prefeitura de Macaé, por meio do Centro de Educação Tecnológica e Profissional (Cetep), é a oportunidade que muitos estão abraçando para sair da situação de vulnerabilidade.

De acordo com a reportagem, muitos alunos do curso profissionalizante que já trabalham “estão aproveitando a oportunidade para se qualificar e mudar de profissão”, visto que este é ministrado em horário noturno. O interesse de mudança de foco profissional é um discurso recorrente na região, alimentado pela promessa dos altos salários no ramo *offshore* e garantia de emprego, conforme enunciado na segunda parte da notícia: “O salário inicial de caldeireiro é de R\$ 2 mil. Segundo dados da Secretaria de Trabalho e Renda, desde a inauguração da Central do Trabalhador de Macaé (CTM), em 2010, foram cadastrados até o dia dois de setembro de 2014, 1.371 vagas para caldeireiro.”

A inserção do proletariado no segmento *offshore* constantemente é tema de debate na região. Em sessão plenária realizado no município em maio de 2014^{xi} foi discutida pelos vereadores “a demanda pelo curso de salvação em Macaé”. O vereador Guto Garcia, que foi secretário de Educação e idealizador do Cetep defendeu a proposta de estabelecer parcerias público-privadas com as empresas que ministram a referida modalidade de curso na região. Com isso se reduziria “o custo para a população”. Eis a fala do vereador.

Na minha gestão deixamos a proposta de continuidade para compra de cursos de Salvação e Huet, para os jovens que atendessem aos requisitos técnicos e sociais a serem definidos. Esses cursos são requisitos básicos para quem deseja ingressar no mercado offshore. Durante três anos o Cetep executou o projeto de qualificação profissional do Programa de Desenvolvimento Social de Macaé e Região (Prodesmar) e uma das exigências dessa parceria com a Petrobras era que se oferecessem cursos fora da área do Petróleo para que não confrontasse com o Prominp.

O discurso supracitado revela claramente os interesses políticos por detrás da profissionalização massiva dos jovens trabalhadores. Visto que este convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Macaé com a Petrobras (Prodesmar) especificava a “qualificação de jovens e adultos não exclusivos à cadeia do petróleo”^{xii} a prefeitura aparentemente busca conseguir parceiras privadas que permitam

ampliar os cursos oferecidos pelo CETEP para o segmento *offshore* da cadeia do petróleo. Neste sentido, parcerias do município com o setor privado, visando fortalecer a qualificação principalmente a qualificação no ramo *offshore* estão em processo de consolidação. Um exemplo é a escola sonda, ação que juntamente com ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai, promete permitir um ensino mais prático nas ocupações de plataformista e operações de perfuração.

Outro exemplo é a EFONAPE (Escola de Capacitação e Formação Técnica para a Indústria Petroleira e Naval), instituição de ensino privada que oferece cursos técnicos e de capacitação profissional voltados para o segmento da indústria petroleira e Naval. De acordo com as informações contidas na página institucional^{xiii}, a mesma possui cinco unidades no Rio de Janeiro e que atuam em sistema de parcerias com as empresas. Uma destas unidades está situada dentro do Bairro Lagomar, em Macaé, onde são ofertados tanto cursos técnicos quanto de capacitação profissional. Os cursos técnicos de Automação Industrial, Eletrônica, Eletrotécnica, Mecânica Industrial e Mecatrônica são oferecidos pela EFONAPE ao custo mensal médio^{xiv} de **100 dólares americanos**, com turmas em horários diurnos e noturnos, e tempo de conclusão em 12 meses, incluindo a obtenção do registro no Conselho Regional de Engenharia - CREA. Há também parceria com o instituto Educar, (pessoa jurídica de direito privado), por meio do qual são concedidas bolsas de até 50% através do programa Educa Mais Brasil.

Contudo, entender a estrutura de oferta de cursos profissionalizantes exige a análise de índices sobre emprego de mão de obra na região, verificando a dinâmica de absorção e flutuação desta e consequentemente, a estabilidade econômica desse público a quem se destina a política de profissionalização do poder público municipal em parceria com as empresas. Passemos, para tanto, à análise do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), durante todo o período de 2014 e no intervalo de tempo entre janeiro de 2007 e dezembro de 2014.

O número de empregos totais gerados em 2014 pode ser dimensionado a partir da Tabela 3: Flutuação do emprego formal por setor de atividade em 2014. Foram 57.744 novos postos de trabalho, sendo o setor de serviços o responsável pelo maior número de admissões (28.914). O segundo *ranking* em admissões foi o setor de construção civil, que empregou menos de 50% dos trabalhadores em comparação ao setor de serviços. Já o setor do comércio está em terceiro lugar quanto aos postos de trabalho gerados (9.477).

O dado que desperta atenção refere-se ao saldo negativo (-165) entre o número de admitidos e desligados ao longo de 2014. O elevado número de demissões nos setores de indústria extrativa (-633) e construção civil (-195) contribuíram para que se atingisse uma flutuação de empregos formais negativa. Isso porque, ou o número de admissões é reduzido e acompanhado de um elevado número de demissões (ex.: O setor extrativo mineral) ou há elevado número de admissões e também demissões no mesmo setor (ex.: Construção civil).

Tabela 3: Flutuação do emprego formal por setor de atividade em 2014.

IBGE Setor	Admitidos	Desligados	Saldo
SERVICOS	28.914	28.745	169
CONSTR CIVIL	11.881	12.076	-195
COMERCIO	9.477	9.259	218
IND TRANSF	6.687	6.525	162
EXTR MINERAL	325	958	-633
SERV IND UP*	281	177	104
AGROPECUARIA	174	166	8
ADM PUBLICA	5	3	2
Total	57.744	57.909	-165
*Serviços industriais de utilidade pública			
Fonte: CAGED. Jan - Dez 2014.			
Adaptada pelos autores.			

Se compararmos a flutuação do emprego formal por setor de atividade em 2014 (Tabela) com o número de admissões em 2010/2013 (

Tabela), fica evidente a redução das contratações no setor da indústria extrativa mineral no período de crise. Este setor, que contrata em média 10 mil trabalhadores formais por ano, em 2014 gerou 355 postos de trabalho formais. Já a construção civil, que contratou praticamente o dobro de trabalhadores formais em 2014 (11.881), quando comparado à média anual 2010/2013 (5.763) demitiu um contingente ainda maior do que admitiu em 2014. Estas drásticas flutuações contribuíram para o saldo negativo observado na Tabela .

Tabela 4: Número de admissões 2010/2013 por setor e gênero em Macaé.

IBGE Setor	Masculino	Feminino	Total	Média Anual
SERVICOS	32.749	17.327	50.076	16.692
EXTR MINERAL	27.066	3.339	30.405	10.135
CONSTR CIVIL	16.131	1.158	17.289	5.763
COMERCIO	9.279	6.594	15.873	5.291
ADM PUBLICA	4.842	10.562	15.404	5.135
IND TRANSF	12.001	2.540	14.541	4.847
SERV IND UP	446	112	558	186
AGROPECUARIA	427	54	481	160
Total	102.941	41.686	144.627	48.209
Fonte: RAIS/MTE. 2010-2013.				
Adaptada pelos autores.				

No entanto, o elevado número de demissões em 2014, claramente intensificado em alguns setores não pode ser justificado somente pelo contexto da crise do petróleo. Analisando a **¡Error! No se encuentra el origen de la referencia.**, que abrange as ocupações que mais admitiram trabalhadores

formais em Macaé entre janeiro de 2007 e dezembro de 2014, dos nove cargos que ocupam este *ranking*, é perceptível a elevada flutuação dos empregos formais, em função dos altos índices de demissão. Ou seja, mesmo com o período de tempo a abranger um intervalo maior, contrata-se muito, mas também se demite muito. A tendência em relação ao elevado número de demissões se mantém quando observamos as ocupações que admitiram mais de mil trabalhadores formais em 2014. A análise comparativa entre a tabela 5 e a tabela 6 evidenciou que os cargos que mais admitiram em Macaé são praticamente os mesmos daqueles observados em 2014 (exceto na nona posição em que há substituição da ocupação de faxineiro, pelo cargo de soldador), com a única diferença em relação à disposição do ranking de admissões.

Tabela 5: Ocupações que mais admitiram trabalhadores formais em Macaé. Jan 2007 - Dez 2014.

	Ocupações	Salário Médio	Admissões	Desligamentos	Saldo
1	Servente de Obras	674,36	20.657	16.779	3.878
2	Vendedor de Comercio Varejista	673,27	19.473	18.774	699
3	Auxiliar de Escritorio, em Geral	909,88	19.468	16.959	2.509
4	Operador de Telemarketing Receptivo	523,2	15.793	15.987	-194
5	Assistente Administrativo	1423,5	12.654	11.320	1.334
6	Pintor de Estruturas Metalicas	1.264,99	10.086	7.629	2.457
7	Operador de Caixa	682,27	7.968	7.366	602
8	Caldeireiro (Chapas de Ferro e Aco)	1291,27	7.857	6.932	925
9	Soldador	1598,88	7.233	7.159	74
Total			121.189	108.905	12.284
Media salarial		1.004,62			

Fonte: CAGED. Jan 2007 - Dez 2014.
Adaptada pelos autores.

Tabela 6: Ocupações que admitiram mais de mil trabalhadores formais em Macaé. Período Jan-Dez

	Ocupações	Salário Médio	Admissões	Desligamentos	Saldo
1	Auxiliar de Escritorio, em Geral	1.015,16	2.607	2.619	-12
2	Pintor de Estruturas Metalicas	1.629,71	2.604	1.860	744
3	Servente de Obras	983,65	2.587	2.226	361
4	Vendedor de Comercio Varejista	972,86	2.502	2.595	-93
5	Operador de Telemarketing Receptivo	791,46	2.086	2.851	-765
6	Assistente Administrativo	1.762,50	1.707	1.630	77
7	Caldeireiro (Chapas de Ferro e Aco)	1.807,72	1.618	1.382	236
8	Operador de Caixa	949,45	1.118	1.047	71
9	Faxineiro	920,56	1.038	1.005	33
Total			17.867	17.215	652
Media salarial		1.203,67			

Fonte: CAGED. Jan - Dez 2014.
Adaptada pelos autores.

2014.

O que podemos compreender no decorrer da análise em relação aos cargos e setores que mais empregam em Macaé é que se faz presente uma alta rotatividade de trabalhadores, o que gera a impressão de constante oferta de empregos. Essa característica abre para a necessidade de futuras investigações que analisem as condições de trabalho dos empregos que são ofertados na região. Porém, de acordo com os indícios que a respectiva análise nos fornece, as empresas instaladas na região não disponibilizam cargos com garantia de empregabilidade em longo prazo. A flexibilização das relações de trabalho, sob as quais se promovem os contratos das empresas terceirizadas com o trabalhador, são efêmeras, além de não garantirem estabilidade para a economia do município.

Na cartilha da Ompetro sobre as profissões referentes ao ramo do petróleo e Gás é dito ainda que o objetivo desta “é mostrar aos jovens do ensino fundamental e médio a importância da qualificação profissional, onde o trabalho e a renda são essenciais para a qualidade de vida da população”. (OMPETRO, 2014, p.05). Porém, de que jovens estão se referindo? Se observarmos as profissões disponibilizadas nesta cartilha, o máximo de escolaridade exigido para a inserção nos respectivos cursos profissionalizantes é até o ensino médio, como se observa nas tabelas 7 e 8. Os cursos superiores de tecnologia, por exemplo, as engenharias, que existem na região norte fluminense, em momento algum são citadas. Ou seja, a oportunidade de acesso à qualificação, apresentada ao jovem que a Ompetro está se referindo se limita até o ensino médio. Embora não seja pretendido neste trabalho abordar a questão do ensino superior, este caso em particular demonstra que o acesso a determinados saberes é cuidadosamente omitido em função de canalizar determinadas classes sociais a ocuparem nichos muito bem delimitados no mercado de trabalho. E que, por sua vez, submete o referido contingente trabalhista a relações terceirizadas e instáveis, com flutuações dependentes do estado de retração ou expansão econômica da atividade de exploração desse recurso natural finito.

Tabela 7: escolaridade exigida pelos cursos de qualificação.

OCUPAÇÕES	CURSOS CETEP-MACAÉ	GUIA PRONATEC ¹	GUIA OMPETRO
Ajudante ¹ /Auxiliar / Servente de Obras	NO	Ensino Fundamental I Incompleto	NO
Vendedor	NO	Ensino Fundamental Completo	NO
Auxiliar ¹ / Assistente administrativo e/ou escritório	Ensino Fundamental	Ensino Médio Incompleto	NO
Operador de Telemarketing	NO	Ensino Fundamental II Incompleto	NO
Pintor Industrial	Ensino Fundamental	Ensino Fundamental II Incompleto	NO
Operador de Caixa	NO	Ensino Fundamental II Incompleto	NO
Caldeireiro	Ensino Fundamental	Ensino Fundamental II Incompleto	Ensino Fundamental
Soldador	Ensino Fundamental	Ensino Fundamental completo / I ou II Incompleto	Ensino Fundamental
Observações: NO - Não Ofertado.	CETEP-MACAÉ: Centro de Educação Tecnológica e Profissional.	PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.	OMPETRO: Organização dos Municípios Produtores de Petróleo

Fonte: Elaborada pelos autores.

Tabela 8: Escolaridade exigida pelo mercado de trabalho.

CARGOS	VAGAS DE EMPREGOS EM MACAÉ
Ajudante ¹ /Auxiliar / Servente de Obras	Ensino Fundamental Incompleto ou Completo
Vendedor	Médio Completo
Auxiliar ¹ / Assistente administrativo e/ou escritório	Médio Completo
Operador de Telemarketing	Ensino Médio Incompleto ou Cursando 2º/3º Ano*
Pintor Industrial	Médio Completo
Operador de Caixa	Médio Completo ou Cursando Último Ano
Caldeireiro	Médio Completo
Soldador	Médio Completo
<p>Observações: NO - Não Ofertado.</p> <p>*critério adotado pela empresa Brasil Center Comunicações (que contribui substancialmente para o elevado número de contratações em Macaé, neste setor).</p>	<p>Foram consultadas diversas ofertas de emprego por cargo. Porém muitas destas não especificavam a escolaridade necessária. Em função da referida precariedade de informações foi estabelecido o critério mínimo de três ofertas de emprego (Exceto*) por cargo, que especificassem a escolaridade necessária para a ocupação do cargo.</p>
<p>As vagas de emprego foram pesquisadas nas páginas eletrônicas: VagasRio (http://www.vagasrio.com.br/) ; Indeed (Disponível em: http://www.indeed.com.br/) ; SINE (Disponível em: http://www.sine.com.br/) ; EmpregosOffshore (Disponível em: http://www.empregosoffshore.com.br/) ; Vagas de Emprego Macaé (Disponível em: https://www.facebook.com/pages/VAGAS-DE-EMPREGOS-MACA%C3%89/445768148863820?fref=ts) ; Secretaria de Trabalho e Renda - Macaé (Disponível em: http://sistemas.maca.e.rj.gov.br:84/catalogo/semre/index/mural) . Acesso em: 09. mai. 2015.</p>	
Fonte: Elaborada pelos autores.	

Conclusões

A partir da análise sobre a oferta de cursos profissionalizantes pelo poder público em parceria com a iniciativa privada em Macaé, e sobre a dinâmica do mercado de trabalho local, é verificado o acesso desigual ao saber, posto de modo fragmentado e voltado para o trabalho manual para os jovens subalternizados, evidenciando uma estratégia de reprodução social que permite a manutenção das formas de dominação vigentes (BOURDIEU, 2011). A dominação pela escolarização se estabelece com a moeda de troca do petróleo, posto como única alternativa econômica viável, e possui na profissionalização precarizada seu aspecto determinante, visando - a partir de um mínimo de instrução concedida - atender aos interesses do mercado por mão de obra barata e formada de modo aligeirado para os postos de trabalho de interesse da cadeia produtiva do petróleo. A tais relações econômicas capitalistas vigentes são adicionados mecanismos ideológicos que promovem certa aparência de democratização e inclusão social pela promessa de inserção no mercado do petróleo, como se as políticas públicas para os jovens subalternizados estivessem criando alternativas que efetivamente os permitissem sair dessa condição social precarizada.

A profissionalização ofertada é de curta duração, em nada abordando a natureza expropriadora e destrutiva da produção de petróleo e as formas instituídas de dominação de classe. Por possuírem um tempo de conclusão reduzido e um currículo meramente instrumentalizador, atendem de forma rápida à demanda por mão de obra do setor *offshore* da indústria do petróleo. O que caracteriza a precarização do trabalho, a reprodução da dominação via educação e a naturalização do discurso de progresso, sem considerar os conflitos e impactos ambientais produzidos pela economia do petróleo, que produz não só um contingente expressivo de jovens como exército de reserva industrial, mas

áreas inteiras espacialmente degradadas, sem acesso a direitos e com crescentes casos de violência contra esses jovens.

Referências

- BARCELOS, D. R. (2015). Complexo Portuário do Açú: o município de São João da Barra/RJ na rota logística do novo padrão de desenvolvimento regional brasileiro. *Boletim Petróleo, Royalties e Região*. Campos dos Goytacazes/RJ - Ano XIII, nº 49 – setembro.
- BOTTOMORE, T. (2001). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BOURDIEU, P. (2011). *Escritos da educação*. 12ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes.
- FERREIRA, M. I. P. (2011). A sociedade do hidrocarboneto: o ônus do aquecimento econômico gerado pela cadeia produtiva do petróleo e gás em Macaé - RJ. In HERCULANO, S. (Org.). *Impactos Sociais, Ambientais e Urbanos das Atividades Petrolíferas: o caso de Macaé* (RJ). Niterói: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense.
- FRIGOTTO, G. (2007). A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, outubro.
- HERCULANO, S. (Org.). (2011). *Impactos Sociais, Ambientais e Urbanos das Atividades Petrolíferas: o caso de Macaé* (RJ). Niterói: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense.
- LOUREIRO, C. F. B. (2015). Educação ambiental e epistemologias críticas. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, Rio Grande, edição especial.
- LOUREIRO, C. F. B. e LAYRARGUES, P. P. (2013). Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica : perspectivas de aliança contra-hegemônica. *Trabalho, educação e saúde*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, jan./abril.
- MADEIRA FILHO, W.; RORIZ, J. E.; SILVEIRA, A. C. da.; (2011). Poluição cívica - criminalização do bairro lagomar no município de macaé e ajustamentos de conduta. In HERCULANO, S. (Org.). *Impactos Sociais, Ambientais e Urbanos das Atividades Petrolíferas: o caso de Macaé* (RJ). Niterói: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense.
- MENDONÇA, G. M. de. (2015). *O Brasil licenciando e andando: as relações da política pública ambiental brasileira com a produção e a expansão capitalista do território*. Rio de Janeiro, PPG em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento/UFRJ.
- OMPETRO. Indústria de petróleo e gás. Mercado e profissões. 2014.
- PACHECO, C. A. G. (2015). O impacto dos royalties do petróleo no desenvolvimento econômico dos municípios da região norte fluminense. Rio de Janeiro, Anais do 3º Congresso Brasileiro de P&D em Petróleo e Gás. Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás – IBP. 2005. Disponível em: http://www.portalabpg.org.br/PDPetro/3/trabalhos/IBP0181_05.pdf Acesso em: 01 de novembro.
- PAGANOTO, F. (2008). *Mobilidade e trabalho em Macaé/RJ, a “capital do petróleo”*. Dissertação. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ/PPGG.
- PETROBRAS. (2011). *Estudo de Impacto Ambiental do Gasoduto Rota Cabiúnas*. Diagnóstico Ambiental – Meio Socioeconômico.
- SAVIANI, D. (1989). *Sobre a concepção de politecnia*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

SERRÃO, M, KAPLAN, L., LAMOSA, R. e LOUREIRO, C. F. B. (2012). Aproximações entre os discursos do Estado e do empresariado: os exemplos da sustentabilidade e da responsabilidade social. In: LOUREIRO, C. F. B. (org.) *Gestão pública do ambiente e educação ambiental: caminhos e interfaces*. São Carlos: RIMA.

SIRELLI, P. M.; OLIVEIRA, R. C. de.; CAMPOS, K. M.; SILVA, H. J. (2012). Trabalho reestruturação do capital e mercado de trabalho em Macaé. *PAUTA - Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 30, v. 10, p. 187-207, 2º Semestre. Disponível em: <http://www.puro.uff.br/observatoriiodotrabalho_mercado>. Acesso em: 23 jun. 2013.

TERRA, D. C. T.; RESSIGUIER, J. H. (2011) Mudanças no Espaço Urbano de Macaé: 1970-2010. In HERCULANO, S. (Org.). *Impactos Sociais, Ambientais e Urbanos das Atividades Petrolíferas: o caso de Macaé* (RJ). Niterói: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense.

VIANA, N. (2006). A teoria da população em Marx. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 26, n. 2, julho /dezembro.

ⁱ Petróleo nunca voltará ao patamar de US\$ 100 o barril, afirma príncipe saudita. Reportagem de 12/01/2015. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2015/01/petroleo-nunca-voltara-ao-patamar-de-us-100-o-barril-afirma-principe-saudita-5553.html> . Acesso em: 16. mai. 2015.

ⁱⁱ A abrangência da lei 9.478, de 1997, segundo Mendonça (2015, p.275): “permitiu a atuação do capital privado, pela via do regime de concessão, nos segmentos de exploração e produção de petróleo e gás natural em território nacional. [...] instituiu a ANP, que tem dentre outras funções regulamentar, contratar e fiscalizar as atividades em todas as etapas da cadeia produtiva do setor do petróleo. No mesmo diploma legal. Foram criadas as rendas petrolíferas, ou seja, pagamentos na forma de compensações financeiras pela extração de petróleo e gás natural. Essas compensações são chamadas de participações governamentais: pagamento pela ocupação ou retenção da área; bônus de assinatura; *royalties*; e participações especiais.” Além do referido marco regulatório, em função das descobertas dos campos de pré-sal da bacia de Campos e Santos, mais três diplomas legais foram instituídos a partir de 2010 e que tratam: do Regime de Partilha de Produção - com o objetivo de impulsionar a extração de petróleo em campos já descobertos sem onerar o Brasil sobre os custos da produção cabendo também à concessionária o repasse de royalties sobre os campos explorados; da Cessão Onerosa – “que cede à Petrobras o direito de explorar e produzir em áreas, especialmente no pré-sal, com até cinco boe [barris de petróleo equivalentes]” (ib., p.281) e da estatal Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), gestora dos contratos de Partilha de produção

ⁱⁱⁱ Macaé é o retrato das perdas que o setor de petróleo vem sofrendo. Reportagem de 20/12/2014. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,macae-e-retrato-das-perdas-que-o-setor-de-petroleo-vem-sofrendo,1610354> . Acesso em: 16. mai. 2015

^{iv} Prefeitos buscam solução política para enfrentar crise do petróleo. Disponível em: <http://www.ompetro.org.br/index.php/noticias/1874-prefeitos-buscam-solucao-politica-para-enfrentar-crise-do-petroleo> . Acesso em: 29. mai. 2015.

^v No entanto, em decisão judicial que negou a antecipação da referida verba, (Macedo, R. Justiça barra antecipação da verba do petróleo. *Jornal O Dia*. 16 ago. 2015. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/odiaestado/2015-08-16/justica-barra-antecipacao-da-verba-do-petroleo.html> Acesso em: 01 nov. 2015) a alternativa adotada por alguns municípios foi, de fato, os cortes orçamentários. No caso dos municípios de Campos dos Goytacazes e Rio das Ostras os cortes foram centrados em redução no número de funcionários nas secretarias e de contratos terceirizados. (Boletim Petróleo, Royalties e Região, setembro/2015).

^{vi} <http://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2015/02/03/brasil-cortes-na-petrobras-sao-desastrosos-para-macae-a-capital-do-petroleo.htm>

^{vii} O piso salarial nacional em 2007 (segundo a lei nº 11.498, de 28 de junho de 2007) correspondia ao valor de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais). Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/salariominimo_2007.htm>. Acesso em: 24. Nov. 2015. É preciso considerar, no entanto, que determinadas categorias profissionais podem adotar piso salarial acima do âmbito nacional, em função de adesão à legislação estadual e acordos sindicais.

^{viii} Em estudo divulgado pela Organização dos Estados Íbero Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, (OEI), baseada em dados entre os anos de 2000 e 2004, de acordo com as informações contidas na página

institucional do CETEP. Disponível em: http://www.cetepmacae.rj.gov.br/site/v2.0/?page_id=157 Acesso em: 05 abr. 2014.

^{ix} Disponível em: <<http://www.macaе.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/nova-vida-inscricoes-comecam-em-fevereiro>>. Acesso em: 05 abr. 2014.

^x data da reportagem 15/09/2014. Disponível em: <http://www.macaе.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/educacao-no-resgate-da-cidadania> Acesso em: 26. mai. 2015.

^{xi} Em 05/05/2014 <http://www.odebateon.com.br/site/noticia/detalhe/31312/guto-defende-curso-de-salvagem-a-baixo-custo>

^{xii} CETEP. Disponível em: <http://www.cetepmacae.rj.gov.br/site/v2.0/?page_id=173>. Acesso em: 13 ago. 2014.

^{xiii} <http://efonapeescola.com/> Acesso em 16 set. 2015.

^{xiv} Calculado a partir da tabela divulgada dentro da rede social do instituto, disponível em <https://www.facebook.com/efonapemacae/photos/pb.259600494092976.-2207520000.1442413537./864238030295883/?type=3&theater> . Acesso em 16 set. 2015.